

AÇÚCAR, ENGENHOS E ENGENHOCAS NA AMAZÔNIA OITOCENTISTA. UMA NOTÍCIA HISTÓRICA

José Maia Bezerra Neto¹
Juliana Nascimento Medeiros²

RESUMO

Neste artigo, fazendo uso das fontes variadas (jornais, inventários, relatórios de governo, documentos alfandegários, relatos de viajantes), não desmerecendo a historiografia, apresentamos uma contribuição à história dos engenhos, engenhocas e lavouras de cana-de-açúcar na Amazônia, ao longo do século XIX, ainda que recuando para efeito de melhor compreensão ao período colonial. Desta forma atentamos para as características e aspectos relativos a essas propriedades rurais, marcadamente no que diz respeito à associação entre agricultura e extrativismo, bem como à policultura, não havendo na região a constituição de *plantations*. Observando também a configuração do mundo do trabalho com o uso de sujeitos livres e escravos. Bem como nos acercamos da história econômica do açúcar no vale amazônico oitocentista, compreendendo a sua importância na província grão-paraense como produto negociado em larga medida com Portugal e constante de forma regular na pauta de exportações do Grão-Pará no século XIX.

Palavras-chave: açúcar, engenhos, Amazônia.

ABSTRACT

In this article, using the various sources (newspapers, inventories, government reports, customs documents, reports of travelers), not disregarding the historiography, we present a contribution to the history of sugarcane mills, gadgets and crops in the Amazon, throughout the nineteenth century, although it retreated for better understanding to the colonial period. Thus, we pay attention to the characteristics and aspects related to these rural properties, especially with regard to the association between agriculture and extractivism, as well as to polyculture, there being no plantations in the region. Also observing the configuration of the world of work with the use of free people and slaves. As well we approach the economic history of sugar in the Amazonian valley of the 19th century, understanding its importance in the province of Grão-Pará as a product traded largely with Portugal and regularly in exports from Grão-Pará in the 19th century.

Keywords: sugar, sugarcane mills, Amazon.

¹ Professor da Universidade Federal do Pará, Doutor em História pela PUC-SP; Bolsista Produtividade do CNPq; Sócio Efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Pará. E-mail: josemaia@ufpa.br; ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0131-9593>. Artigo resultado parcial do projeto de pesquisa "Mundos do trabalho na Amazônia, século XIX: escravidão e exploração do trabalho livre", atualmente financiado pelo CNPq, através do Edital Universal.

² Professora da Secretaria de Educação do Estado do Tocantins; mestre em História Social da Amazônia pela UFPA. E-mail: julianamedeiros@yahoo.com.br; ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-2271-6702>.

Introdução

No final do século XVI e início do XVII, na Amazônia, ingleses e holandeses já intentavam o cultivo da cana-de-açúcar, com a introdução dos primeiros escravizados africanos na região (Barata, 1915, 21-22; Reis, 1993, 9-22).³ Mas, expulsando os demais conquistadores europeus, inclusive os franceses, os portugueses iniciaram efetivamente a sua ocupação a partir do estuário do rio Amazonas e áreas adjacentes, com o estabelecimento da lavoura canavieira, entre outras culturas agrícolas. Em 14 de abril de 1655, por exemplo, o Regimento dado por El-Rey a André Vidal de Negreiros, governador do Maranhão e Grão-Pará, no capítulo 18 dizia: “O Grão-Pará que também fica debaixo da jurisdição de Vosso Governo, se tem por conquista de grandes esperanças, assim pela grandeza da Capitania, como pela bondade das terras, e acomodadas para engenhos de açúcar e criações de gado vacum” (Cruz, 1963, 89). Se assim desejava El-Rey, também o queriam os colonos. Em fins do século XVII, por exemplo, Sebastião Gomes de Souza, “com o intuito de montar engenho e cultivar o solo”, instalou-se em terras do atual distrito de Icoaraci (em Belém), derrubando a mata e iniciando a “construção de casa de moradia, feita de taipa e pilão”. Em 1701, ele obteve “Carta de Data e Sesmaria daquela légua de terras, chamada do *Paracuri*, que se prolongava do igarapé do mesmo nome até a *Ponta do Melo* ou *Mel*” (Cruz, 1963, 70-71).

Ao longo do período colonial, a Coroa lusa concedera títulos de Sesmarias e Cartas de Datas aos colonos, visando o cultivo de produtos comerciais, particularmente o açúcar, nas áreas próximas de Belém.⁴ Assim, nas margens dos rios Guamá, Capim e Moju existiram alguns importantes engenhos. No Guamá, por exemplo, Lourenço Malheiro Corrêa fora “abastado proprietário da Fazenda *Pernambuco*”, da qual fez doação aos Carmelitas (Cruz, 1963, 71). Já dentre as propriedades próximas de Belém, “distante légua e meia”, se destacava o *Engenho Murutucu*, entre os igarapés Tucunduba e Uriboça, fazendo limites com a Fazenda *Utinga*. Enfim, as sesmarias eram distribuídas “em terras apropriadas para a agricultura ou a pecuária, localizada nas vizinhanças dos

³ Sobre a presença holandesa na Amazônia, ver, por exemplo: Edmundson (1903); Cardoso (2017); Hulsman e Guzman (2016); Hulsman (2011); Hulsman (2009); Oliveira (2015). Sobre os ingleses, ver: Lorimer (1989).

⁴ Sobre a política portuguesa de conquista e ocupação da região amazônica, com a distribuição de sesmarias visando às atividades agrícolas no período do século XVII e na primeira metade do XVIII, ver: Chambouleyron (2005); Chambouleyron (2012); Chambouleyron (2014).

centros comerciais de Belém e Santarém (no Baixo Amazonas, oeste do Pará)”, ainda que na distante Capitania do Rio Negro (Amazonas), na região de Barcelos, também houvesse plantações com trabalho escravo (Weistein, 1993, 57).⁵

É sobre os engenhos de açúcar, engenhocas e lavouras de cana-de-açúcar mundo rural amazônico, ainda que existindo outros cultivos, no qual “a maior parte dos fazendeiros dependia dos escravos africanos ou do trabalho forçado dos índios” (Weistein, 1993, 58), que vamos tratar neste artigo, com enfoque no século XIX, época de maior envergadura da economia escravista açucareira na região amazônica, principalmente nas áreas em torno de Belém, na Zona Guajarina e do Baixo Tocantins; uma vez que nas demais regiões em que houve a presença da escravidão de origem africana com alguma importância, isto é, no Nordeste paraense; no Cabo Norte (Amapá); no arquipélago do Marajó e no Baixo Amazonas havia uma presença de forma mais pontual dos engenhos, engenhocas e lavouras de cana-de-açúcar.⁶

Lembrando que, na década de 1940, em sua história do município de Igarapé-Mirim (Baixo Tocantins), Ernesto Cruz atentava para o estudo dos engenhos de açúcar no Pará (1945), que também tratou em sua *História do Pará* (1963), daí sua crítica ao trabalho de Maria Anunciada Chaves que, em seu estudo “O Açúcar na história do Brasil”, não tratou deles na Amazônia (Chaves, 1950, 1999).

Sendo verdade que os engenhos de açúcar e de cachaça também foram comentados de forma um tanto ligeira por Manuel Barata, em 1915, em sua história da antiga produção do Pará, bem como relatados por memorialistas (Garcia; Lobato, 2011); sendo ainda apontados nos trabalhos de Salles (1988), Arlene-Kelly (1988), Acevedo Marin (2000); Bezerra Neto (2011) e de Batista (2014), a partir dos seus estudos acerca da escravidão. Mas, principalmente a partir da primeira década do século XXI, foi que os estudos históricos sobre a importância dos engenhos, engenhocas e lavouras de cana-de-açúcar na região amazônica se tornaram objetos de pesquisas acadêmicas abordando a temática em seus mais variados aspectos (sociais, econômicos, cultura material...), destacando-se aqui os trabalhos de Marques (2004), Cunha (2009), Nascimento (2016),

⁵ Sobre o rio Negro, ver: Sampaio (1997).

⁶ Sobre as ditas regiões, ver também Salles (1983); Bezerra Neto (2012).

Macêdo (2021) e Medeiros (2022).⁷ Mesmo assim, há aspectos importantes ainda não tratados, tal como o lugar e a importância do açúcar na economia amazônica do século XIX, para além da cachaça, ou, ainda, facetas sociais e econômicas do mundo do trabalho escravizado e livre nessas propriedades, bem como a policultura e o extrativismo associados aos engenhos, que, na Amazônia, não se enquadravam na definição clássica de *plantation*, pensando como a existência da economia açucareira na região amazônica se distanciou dos modelos já existentes no Brasil. Enfim, a presença dos engenhos e engenhocas na Amazônia merece esta notícia histórica em razão ainda de seu desconhecimento, em larga medida, na historiografia brasileira.

Os engenhos e engenhocas nas paisagens rurais amazônicas

João Lúcio de Azevedo, citado por Cruz, já havia sinalizado que os “estabelecimentos agrícolas, com seus engenhos, espalhavam-se em grandes lotes de terras, sempre à beira d’água, alongando os limites da posse efetiva do solo, em benefício do conquistador”, a partir do núcleo urbano de Belém, desde o século XVII (Cruz, 1963, 53). A vegetação de várzea⁸ do solo grão-paraense justifica a predileção dos proprietários rurais em erigir engenhos às margens dos rios, para além da facilidade do transporte fluvial. Segundo o memorialista Eládio Lobato:

A cana e os engenhos, marcaram a ocupação humana do litoral brasileiro, até aos altos rios amazônicos. As terras de várzeas, são de ótimas condições e propícias ao plantio de canas. Terras férteis e abundantes; têm sido justamente em torno dessas terras baixas ao longo dos rios grandes e alagadiços que a cana vem florescendo há séculos (Lobato, 1985, 65).

A safra da cana-de-açúcar na Amazônia também era determinada pelo regime pluviométrico da região. Ou seja, os constantes períodos chuvosos que se estendiam de novembro até março, caracterizando o chamado “inverno amazônico”, afetavam à

⁷ Podemos citar ainda o trabalho de Anderson (1991) sobre o declínio dos engenhos de várzea e o inventário patrimonial dos engenhos e engenhocas no Pará realizado pelo Iphan (Sarquis, 2023), bem como alguns estudos acerca da agricultura e suas práticas na Amazônia desde o período colonial, dentre os quais: Ângelo-Menezes (1994; 1999; 2000), Nunes (2014) e Barbosa (2018).

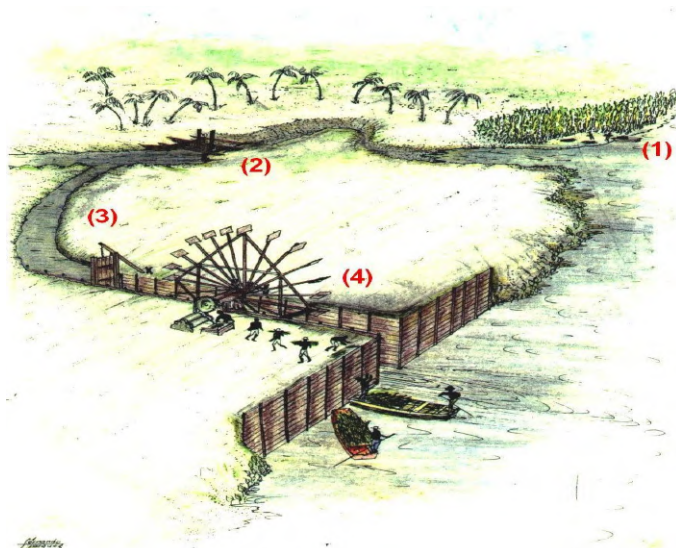
⁸ Sobre a várzea, nos diz Fernando Marques: “O estuário amazônico é composto de várzea alta e várzea baixa, as altas estão localizadas imediatamente nas margens dos rios de maior porte, e tem faixa de largura de cerca de 150 metros, apresentando altitudes de 3 a 6 metros. Enquanto as baixas apresentam largura de terra muito maior, são quase sempre, atingidas pelas inundações de pequenos igarapés durante as marés de lua cheia e lua nova” (Marques, 2004, 38).

produção de cana. Portanto, em virtude das chuvas mais intensas o período de colheita reduzia-se, até porque, elas dificultavam o carregamento de cana até os moinhos, tornando ainda mais penoso o regime de trabalho dos escravizados. Afinal, o período de safra apesar de curto era de intensa atividade. Diferente, então, do que ocorria nos engenhos da Bahia, cuja safra durava de oito a nove meses em ritmo de trabalho implacável, a qual geralmente começava em agosto e ia até maio do ano seguinte, em um regime ininterrupto de 270 a 300 dias. No caso dos engenhos baianos, o trabalho intenso, que poderia ser chamado de “inferno”, se fazia mais prolongado (Schwartz, 1988, 97).

A durabilidade dos canaviais plantados em solo de várzea era em média, de 5 a 7 anos, até chegarem a seu total esgotamento, a qual, “a priori, pode parecer um tempo duradouro que renderia boas colheitas, mas se comparado aos canaviais do recôncavo baiano, plantados em solo de massapé, no mesmo período, é um tempo relativamente pequeno porque àqueles possuíam vida útil, de 30 a 50 anos” (Medeiros, 2022, 132). Já em relação ao tipo de cana, apesar da existência de cana-de-açúcar nativa da região, inicialmente explorada, substituída depois pela cana da Ilha da Madeira, em fins do século XVII, conforme nos relata Barata (1915, 24), em 1797 fora introduzida a “cana caiena”, oriunda da Guiana Francesa, que passou a ser a preferida dos agricultores paraenses porque “constituíam-se de colmos grossos e fibrosos, bastante suculentos, cujas folhas chegam a crescer até quatro metros” (Marques, 2004, 41), garantindo de seis a oito boas colheitas.

Quanto aos tipos de engenhos, no Grão-Pará existiam três modalidades: aqueles movidos à tração animal; os que usavam a energia a vapor e, ainda, os “engenhos de água” ou “engenhos d’agoa”, sendo estes últimos os mais comuns. Eles eram assim chamados porque aproveitavam a energia das marés para a moagem de cana, “em outras palavras, o fluxo da maré determinava o ritmo de produção, o escoamento da matéria-prima, o processo de moagem, em resumo era o fio condutor que movia a fábrica do engenho” (Medeiros, 2022, 137).

Figura 1 – Representação do engenho São José, movido a maré, localizado em Igarapé-Mirim.
Fonte: Marques (2002, 28).



A Figura 1 representa um típico engenho movido a água, no qual, nas palavras de Marques, “observamos que no período da enchente ou preamar (1) a água entra pelo canal, segue até à represa ou açude onde é retida por uma barragem (2), desviada por um canal (3) até a calha (4), para durante a vazante girar uma roda d’água” (Marques, 2002, 28). Esse tipo de engenho aparece nos inventários utilizados nesta pesquisa, como, por exemplo, o engenho d’água de Catarina Margarida de Jesus, denominado Engenho Laranjeiras, localizado em Ponta de Pedras, no Arquipélago do Marajó;⁹ o Engenho de Carnapijó, de Josefa Joaquina de Souza, em Barcarena (região Guajarina);¹⁰ o engenho ou fazenda de Val-de-Cans, do Coronel José Duarte Rodrigues, em Cameté (Baixo Tocantins);¹¹ a Fazenda de Jaguarari, do Desembargador Joaquim Clemente da Silva Pombo, em Moju (Baixo Tocantins)¹² e o engenho do Cônego Sebastião Antônio Pereira,

⁹ Centro de memória da Amazônia. Cartório *Odon Rhossard* (2º Vara Cível da Comarca da Capital). Inventários *post-mortem*, cx. – 01 (1810-1812). Inventário de Catarina Margarida de Jesus, 1817

¹⁰ Centro de memória da Amazônia. Cartório Sarmiento (14º Vara Cível da Comarca da Capital). Inventários *post-mortem*. Inventário de D. Josefa Joaquina de Souza, 1846.

¹¹ Centro de memória da Amazônia. Cartório *Odon Rhossard* (2º Vara Cível da Comarca da Capital). Inventários *post-mortem*, cx. – 01 (1810-1812). Inventário do Coronel José Duarte Rodrigues, 1845.

¹² Centro de memória da Amazônia. Cartório Fabiliano (11º Vara da Comarca da Capital). Inventários *post-mortem*. Inventário de Joaquim Clemente da Silva Pombo, 1839.

sem denominação, no Acará (região Guajarina).¹³ Sobre alguns desses engenhos iremos tratar neste texto.

Nas proximidades de Belém, situado defronte desta, na Ilha das Onças havia uma dessas fazendas e engenhos de açúcar que, em 1819, os viajantes Spix e Martius estiveram visitando dizendo tratar-se de “uma opulenta fazenda pertencente à família Farias”. Na descrição dos viajantes, o Engenho Faria podia “dar-nos, melhor do que qualquer outro, um exemplo da lavoura aqui habitual”, existindo além da cana-de-açúcar, o cultivo do arroz, do milho e da mandioca, exemplificando a policultura comum às propriedades rurais amazônicas. Nota-se, no entanto, a ausência do cacau, principal produto agrícola exportado na época, por conta da localização da fazenda. A lavoura de cana estava associada à produção de melado e principalmente aguardente, não havendo menção à fabricação de açúcar, daí a presença dos alambiques “adequadamente construídos...na Inglaterra”, que produziam não só “excelente qualidade de aguardentes mais finas”, mas “especialmente anisete”. (Spix; Martius, 1976, vol. III, 45). Além dos alambiques, os viajantes citam um moinho movido à água, para descascamento do arroz. Outras grandes propriedades na província grão-paraense, para além da policultura, também possuíam instalações fabris e, portanto, maquinários, fazendo o uso de trabalhadores livres e compulsórios, fossem eles indígenas ou escravos.

Ainda tratando do Engenho Faria, Spix e Martius relataram a importância da pesca e da criação de gado para consumo, ainda que consumidos largamente carne e peixe seco – pirarucu - oriundos da Ilha do Marajó. A criação de gado bovino permitia também o consumo de leite, mas não se fazia manteiga, que era importada da Europa. A manteiga inglesa ou francesa constituía um item de consumo caro e sofisticado, portanto de acesso mais restrito, cabendo aos demais o recurso à manteiga de tartaruga (Macêdo, 2014). Havia ainda a utilização do sebo para fazer sabão, sem descuidar do aproveitamento de outros produtos da pecuária - couros, chifres... -, os quais entravam na pauta de exportações da província. Porcos também eram criados, embora de forma displicente em pequenas quantidades, mas quase nenhuma criação de carneiros.

¹³ Centro de memória da Amazônia. Cartório *Sarmento* (14º Vara Cível da Comarca da Capital). Inventários *post-mortem*. Inventário de Cônego Sebastião Antônio Pereira, 1846.

Nesta propriedade rural, a cultura agrícola associada às atividades criatórias e de pesca não necessariamente tornavam a fazenda ou engenho autossuficiente, mas permitia explorar sua força de trabalho e recursos da melhor forma possível, ampliando as margens de ganho e diminuindo os custos do empreendimento. A associação de atividades de lavoura, destacadamente a policultura, com a criação de animais, particularmente o gado bovino, e com o extrativismo, enfatizamos, era comum ao mundo rural amazônico.

O recurso à mão-de-obra indígena e de origem africana nas fazendas, engenhos, engenhocas e sítios era também algo mais comum do que se imagina no mundo rural amazônico (Bezerra Neto, 2011). No Rio Capim, por exemplo, havia o Engenho São José pertencente ao sr. Calisto (Cruz, 1963, 107-112). Segundo o relato do naturalista Alfred Russel Wallace, em 1848, nesta propriedade havia em torno de 50 escravos negros e outros tantos trabalhadores indígenas que trabalhavam juntos nas “lavouras de cana e de arroz, nos moinhos e a bordo das canoas”. Segundo o dito Calixto, ele botava os índios para trabalharem com os escravos por ser esta a forma, melhor “do que qualquer outro sistema”, pela qual conseguia “melhor e maior rendimento de trabalho” dos indígenas (Wallace, 1979, 82). Segundo Wallace, Calixto lhe teria explicado então que:

Os índios não se submetem bem à disciplina, quando trabalham sós; porém, quando trabalham juntamente com os escravos, que têm horas certas para começar e deixar o serviço, bem como tarefas marcadas para realizar, eles se submetem a todas as exigências, executando alegremente as mesmas obrigações (Wallace, 1979, 82).

Mas, não nos resta dúvida de que o tal Calixto era partidário do uso do trabalho escravo, tanto que, apesar dos preços elevados dos cativos, haveria assegurado para Wallace que “ele compra escravos, mas nunca vende nenhum, senão como última punição por conduta incorrigivelmente má”, o que, no entanto, deveria ser muito difícil de acontecer, haja vista que o dito senhor se gabava de saber disciplinar seus escravos (Wallace, 1979, 82).

Enfim, embora havendo o cultivo e beneficiamento do arroz e do açúcar, informamos o viajante inglês, no Engenho São José dava-se preferência ao fabrico da cachaça porque oferecia uma maior margem de lucro. No relato detalhado sobre a vida no referido Engenho, Wallace também precisava que entre seus trabalhadores existiam “sapateiros, alfaiates, carpinteiros, ferreiros, construtores de canoa, pedreiros, quer escravos, quer índios, alguns dos quais sabiam mesmo fabricar boas fechaduras para portas, malas e

caixas e vários utensílios de folhas-de-flandres e de cobre” (Wallace *apud* Salles, 1988, 119-121).

Ainda na companhia dos viajantes, vamos ficar conhecendo um pouco mais acerca dos engenhos. Assim, nas margens do rio Guamá, onde existiam várias propriedades rurais, Martius pernovernou na Fazenda Mocajuba, relatando sobre a fertilidade de suas terras, as quais permitiam especialmente a cultura da cana-de-açúcar, destinada à produção de cachaça, havendo “ali uma grande destilaria” (Spix; Martius, 1976, vol. III, 53). Já navegando pelas águas do Moju, Spix e Martius conheceram o Engenho Jaguarary, a sete horas de barco de Belém, uma grande propriedade rural do coronel Ambrósio Henriques, filho do desembargador Joaquim Clemente da Silva Pombo, que “amealhou vasta fortuna e foi o capitalista mais opulento de seu tempo no Pará”. Em 1819, Ambrósio Henriques, considerado o “mais abonado senhor de engenho e fazendeiro da época”, havia hospedado os viajantes Spix e Martius em sua rocinha (uma espécie de sítio nos subúrbios da cidade) em Belém. Sobre o engenho Jaguarary - “rio dos cães” -, os referidos naturalistas relataram que “aproveita(va) a cana plantada nas vizinhanças para açúcar e principalmente aguardente”, uma vez que a “produção de aguardente do engenho era nesse tempo de 1.500 pipas por ano”. Aliás, sobre o açúcar produzido no engenho, sendo possível supor que parte seria exportada, também era destinado ao consumo da província, tanto que, em 27 de março de 1847, era anunciado no jornal *Treze de Maio*, a venda de açúcar “de primeira, segunda e terceira qualidades fabricado no engenho de Jaguarari, no armazém A. Campbell & Cia, na rua do Açougue [em Belém]” (Treze de maio, 27/03/1847, 04).

A grandeza do Engenho Jaguarary pode ser ainda constatada na documentação de inventário de Joaquim Clemente da Silva Pombo, aberto no ano de 1839, sendo a propriedade avaliada em 50:534\$000 (cinquenta contos e quinhentos e trinta e quatro mil réis) e arrolada como “engenho de moer cana, tangido por uma enorme roda d’ágoa”. No inventário, tal como devia ser, consta uma descrição minuciosa de Jaguarari que tinha então uma “casa nobre de sobrado que serve de vivenda com nove áreas de frente das quais sustentam uma grande varanda”; “capela grande, antiga, com imagens e ornamentos”; “casa para feitor, armazém e cozinha, tudo de pedra, cal e telha, com bastante capacidade”; casa de fazer açúcar; “casa de purgar com armações por baixo e

tanques para receber mel”; “três casas para receber garapa e aguardente”; “dois alambiques e mais casas que farão de vivenda”; sendo os ditos alambiques importados da Inglaterra, que segundo os naturalistas Spix e Martius, produziam “excelente qualidade de aguardentes mais finas e especialmente anisete, para cujo fabrico se importa sementes de anis de Portugal e de Gibraltar” (Spix; Martius, 1976, vol. III, 71). Havendo ainda “casa de estipe para depurar açúcar e pilheiros de guardar bagaços, que serve de estábulo e olaria, com dois fornos para cozer, outro para fabricar cal”. Além disto, para serviço do engenho existiam três botes, três igarités, um batelão e duas montarias (canoas), ou seja, embarcações para transporte de pessoas e cargas. Além de alguns animais listados na época: 21 ovelhas, 14 cordeiros, 6 bois, 6 carneiros capados, 4 garrotes, 2 vacas, 1 novilha, 1 vitelo e 1 bode.¹⁴

Policultura e agricultura de abastecimento, associada à de natureza mercantil, para além das atividades criatórias, coexistiam nas terras do Engenho de Ambrósio Henriques. Labutando nelas “exclusivamente os numerosos escravos pretos da fazenda”, conforme dizia aos viajantes o administrador do engenho, “pois os índios da vizinhança quase só [se] ocupavam com a pesca e as suas pequenas roças, e, dominados pela invencível aversão ao serviço dos brancos, não podiam ser empregados com segurança” (Spix; Martius, 1976, vol. III, 61). No inventário de Joaquim Pombo, já citado, foram arrolados 147 escravos, boa parte deles vivendo e trabalhando nas terras do Jaraguary, ainda que houvesse outras propriedades rurais, e, da mesma forma que outros proprietários da região, Ambrósio Henriques vivesse na cidade de Belém, na qual possuía igualmente propriedade que “tinha nos fundos senzalas para diversas famílias de pretos” (Spix; Martius, 1976, vol. III, 61).

Navegando o Rio Moju acima, Spix e Martius vieram ter em Jacari - “rio dos jacarés” -, encontrando uma “fazenda com um pequeno engenho para fazer e destilar aguardente. [Na qual] Também se cultiva algum cacau”. Nessa propriedade, eles observaram que as cascas do cacau eram secadas, sendo reduzidas a cinzas, “a fim de preparar sabão da potassa com sebo de boi ou azeite de andiroba”. Porcos também eram criados, com os quais uma anta domesticada pelo fazendeiro teimava em se misturar (Spix; Martius, 1976, vol. III, 62-63). “As margens do Moju prestam-se para qualquer espécie

¹⁴ Centro de memória da Amazônia. Cartório *Fabiliano* (11º Vara da Comarca da Capital). Inventários *post-mortem*. Inventário de Joaquim Clemente da Silva Pombo, 1839.

de cultura tropical; além da cana, também há ali café, mandioca, milho e arroz” relataram então Spix e Martius. Ainda sobre o rio Moju, Henry Bates relata-nos que nas suas margens haviam existido onze grandes engenhos de açúcar (citado por Cruz, 1963, 110).

Na área de Igarapé-Mirim, por sua vez, existia, por exemplo, o Engenho São Domingos, de propriedade do Barão de Igarapé-Mirim. Na faixa de terra situada entre a vila de Igarapé-Mirim e Belém, na Ilha de Carnapijó, também havia fazendas de cultivo da cana-de-açúcar. Na Baía de Carnapijó, no furo do Cafezal, havia engenho homônimo (Engenho Sant’anna do Cafezal) que, segundo Salles, entre os “antigos engenhos do Pará” foi “talvez o de mais largas proporções” (1988:118). Em 1846, foi anunciada a venda deste engenho “situado na boca do igarapé Ayracaú, distante três hora desta cidade, com terras e lavouras competentes para roças e canaviais, engenho pronto para trabalhar com alambique a vapor, gado vaccum e ovelhum, casa de vivenda e oratório” (Treze de maio, 29/10/1846,03). Ainda em Carnapijó, havia o Engenho São Mateus do português Mateus Magno Ferraz de Araújo. Em Barcarena ficava o Engenho de Madre de Deus do ex-presidente cabano Eduardo Angelim, que chegou a possuir 72 escravos. Em Abaeté, por sua vez, havia o Engenho São Francisco, de Antônio Francisco Corrêa Caripuna; bem como, na margem direita do rio Tucumanduba, a Fazenda e Engenho São José, cujo proprietário era José Honório Roberto Maués (Cruz, 1963, 136-139). No rio Tocantins também havia alguns outros engenhos, tais como o Engenho Vista Alegre, movido a bois, visitado por Wallace e Bates (Cruz, 1963, 107-112).

Enfim, as áreas mais antigas e tradicionais da lavoura canavieira em território amazônico situavam-se nas bacias dos rios Acará, Guamá, Capim, bem como nas dos rios Moju e Tocantins, respectivamente nas regiões da Zona Guajarina, em torno de Belém, e Baixo Tocantins, em torno de Cametá. Na Tabela 1, que relaciona os engenhos e engenhocas situados na Zona Guajarina e no Baixo Tocantins, a partir dos inventários entre 1810 e 1850, pode se visualizar melhor a geografia dessas propriedades no espaço amazônico. Das 21 propriedades listadas, 14 (67%) eram engenhos e 7 (33%) engenhocas. Dentre os 14 engenhos, 5 (36%) eram listados como engenhos d’água. Dentre o total de 21 engenhos e engenhocas, 5 (24%) engenhos de açúcar eram os que possuíam os maiores plantéis de escravos, acima de 100, sendo 2 deles caracterizados como engenhos movidos à água ou de maré; ao passo que 3 (14%) deles, um declaradamente engenho d’água

(Engenho Carnapijó) possuíam ente 71 e 88 escravos; já possuindo de 24 a 47 escravos, existiam 7 (33%) propriedades, 4 delas engenhocas e 3 engenhos, um deles engenho d'água (Engenho Laranjeiras); enfim, 6 (29%) tinham entre 2 e 18 escravizados, sendo 3 deles engenhocas. Ou seja, 62% dos engenhos e engenhocas possuíam menos de 50 trabalhadores escravizados, sendo considerado necessário para o funcionamento de um engenho de porte médio pelo menos de 40 a 50 escravos, como pode ser observado no anúncio publicado por Joaquim Pedro Gonçalves de Campos que, em razão das circunstâncias, foi obrigado a vender o engenho Mucajuba “por demandar de força de mais de quarenta escravos, e seu atual possuidor não as ter, por falta de commercio da escravatura”. A propósito, em razão da cessação do tráfico com a elevação do preço do escravo (lembramos aqui as queixas do sr. Calixto para Wallace),¹⁵ a carência de trabalhadores escravizados seria para a lavoura canavieira um problema que tendia a se acentuar nas décadas de 1870 e de 1880, principalmente nesta última com a abolição (Nascimento, 2016), afetando decisivamente a produção açucareira na província, deixando a mesma não somente de exportar açúcar, importando cada vez mais o mesmo, mas abandonando em larga medida a produção deste, limitando-se à produção de aguardente, como veremos adiante.

¹⁵ O último carregamento direto da África para o porto de Belém data de 1841, embora desde a década de 1830 o tráfico houvesse praticamente desaparecido para a região que passou a depender do tráfico interno. Ver a respeito BEZERRA (2011).

Tabela 1. Engenhos e engenhocas na Zona Guajarina e no Baixo Tocantins (1810-1850).
Fonte: Medeiros, 2022.

Proprietário	Nome da propriedade	Tipo	Local	Quantidade de escravos	Valor da propriedade (em réis)
Domingos José Monteiro	Sítio Santa Maria	Engenhoca	Belém	18	280\$000
Joana Tereza de Roiz	Engenho Menino de Deus	Engenho	Moju	45	1:250\$000
Catarina Margarida de Jesus	Engenho Laranjeiras	Engenho d'água		27	400\$000
Catarina Ignacia do Nascimento		Engenho	Igarapé-Miri	24	800\$000
Antônio Jose Antunes de Souza	Sítio Carmelo	Engenho	São Miguel do Guamá	88	4:800\$000
Anna Raymunda de Carvalho	Fazenda Santa Quitéria	Engenho	Moju	79	800\$000
Josepha Joaquina de Souza	Engenho de Carnapijó	Engenho d'água	Barcarena	71	5:000\$000
Francisca Siqueira de Queiros	Sítio Nossa Senhora do Rosário	Engenho	Acará	120	3:000\$000
Francisco José de Paiva		Engenhoca	Barcarena	27	300\$000
Cel. José Duarte Rodrigues	Fazenda Val-de-Cães	Engenho d'água	Cametá	158	12:000\$000
Joana Antônia de Oliveira Pantoja		Engenhoca	Moju	24	700\$000
João Soares da Costa	Sítio Sami	Engenhoca	Moju	25	500\$00
Joaquim Clemente da Silva Pombo	Fazenda Jaguarari	Engenho d'água	Moju	147	50:534\$000
Joaquim Clemente da Silva Pombo	Fazenda São José do Capim	Engenho	Capim	2	2:600\$000
José Carlos Correia de Miranda	Engenho Nossa Senhora das Mercês	Engenho	Igarapé-Miri	13	1:200\$000
Manoel Gomes Ribeiro	Sítio	Engenhoca	Benfica	26	1:000\$000
Cônego Sebastião Antônio Pereira		Engenho d'água	Acará	15	850\$000
Sebastião Lopes Castelo		Engenhoca		4	200\$000
Tenente Coronel Francisco Marques D'elvas Portugal	Engenho do Murutucu	Engenho	Capital	142	12:600\$000
Joaquim Maciel Coutinho	Fazenda do Desterro	Engenho	Acará	104	

Sebastião Lopes Castelo	Sítio com engenho	Engenhoca	Igarapé Cajari-grande	4	600\$000
Total: 21	21			1.159	

Mas, encerrando este tópico, para além da policultura e da associação entre agricultura, atividades criatórias e extrativismo, baseadas no trabalho escravo e compulsório de indígenas livres, outra característica marcante do mundo rural amazônico já apontada, mas que desejamos enfatizar, pode ser vista em outra passagem do relato de viagem de Spix e Martius:

Muitos desses opulentos donos de terras remetem os seus produtos [cacau, café, algodão, anil, ...], em suas próprias canoas, para o Pará [Belém], de sorte que ao grande número de intermediários [regatões] resta sobretudo o comércio com os índios do Tapajós, que habitualmente entregam seus artigos só em pequenas quantidades. (Spix; Martius, 1976, vol. III, 91).

Havia então de ser os donos das terras ou propriedades rurais, senhores dos rios, fazendo navegar suas embarcações com gente sob o seu serviço pelas águas amazônicas. Não havia grandes ou remediados proprietários que não possuíssem barcos próprios (ver linhas atrás o caso de Joaquim Pombo, que no seu Engenho de Jaraguay possuía diversas embarcações), embora os pequenos sitiante também tivessem canoas, ainda que mais modestas. Ou seja, rios, igarapés, furos, canais, baías, lagos e lagoas seriam então os caminhos ou estradas de água, fazendo constituir uma cultura ou civilização ribeirinha, portanto aquilo que chamamos de *fluviosidade*.¹⁶ Enfim, os rios eram importantes não apenas para inundar as várzeas, fertilizando-as, ou, ainda, para mover as moendas dos engenhos, mas era literalmente os caminhos por onde se locomoviam gentes e cargas, inclusive a aguardente e o açúcar.

Repensando o açúcar na economia paraense.

Desde o período colonial, os setores agrícola e pecuário estiveram presentes com maior ou menor grau de importância dentro da economia amazônica, tanto que entre os produtos exportados, no período de 1796 a 1811, o cacau, o algodão, o arroz, o café, os couros e a aguardente situavam-se entre os dez mais importantes, enquanto entre os

¹⁶ Sobre a importância dos caminhos fluviais, ver, entre outros: Acevedo Marin (2004). Sobre o termo fluviosidade, ver: Chambouleyron e Sousa (2019).

produtos extraídos das florestas de maior importância comercial seriam o cravo fino, a salsaparrilha e o óleo de copaíba (Barata, 1915; Arruda, 1976). Todavia, é importante frisar que sendo a aguardente exportada no período colonial, sendo exemplo disto o envio para Portugal, em 1812, de “376 ½ pipas, a 50\$000” (Barata, 1915, 24), já no século XIX, o Grão-Pará praticamente deixara de exportar aguardente, ainda que donos de engenhos e engenhocas dessem preferência à sua fabricação em detrimento do açúcar, sendo quase toda a produção de cachaça consumida na província, o que não bastava para atender o dito consumo, importando-se de outras províncias brasileiras. Daí que, em 1862, Francisco Brusque, presidente da província grão-paraense, dizia então que praticamente nada se exportava da aguardente produzida na província, pelo contrário, se importava anualmente 500 pipas de aguardente (Pará, 1862, 54). Somente em fins do século XIX, voltaria a se exportar aguardente, justamente quando esta predominou como principal produção dos engenhos e engenhocas da região amazônica em detrimento do declínio e abandono da produção do açúcar.¹⁷

No caso do açúcar amazônico, ainda durante a colônia, apesar da proibição da exportação deste, por parte da coroa portuguesa, através do aviso de 6 de junho de 1761, determinando que a sua produção fosse limitada somente “aquelle que fosse necessário para o consumo e o commercio interior do Estado” (Barata, 1915, 24), segundo Manuel Barata, entre 1773 e 1800 foram exportadas para Portugal 2.055 arrobas de açúcar (1915, 24). Não constava, todavia, o açúcar entre os dez principais produtos de exportação do Grão-Pará entre 1796 e 1811 (Arruda, 1976), mas, ao contrário do que acontecia no período colonial, adentrando o século XIX, a produção açucareira no vale amazônico parece que se tornara mais significativa, ainda que insuficiente para atender a demanda provincial, tanto que, em 1862, no relatório de governo da província do Grão-Pará, o presidente Francisco Brusque estimava em 60 mil arrobas anuais a importação de açúcar das províncias de Maranhão e de Pernambuco, principalmente desta última, ainda que parte do dito produto fosse reexportado pelo Pará para à província do Amazonas. Enfim, apesar das expectativas de Brusque de que a introdução de novos maquinismos e de novas

¹⁷ Apesar do maior interesse na fabricação de aguardente pelos donos de engenho e engenhocas, bem como de seu largo consumo, a importância econômica da aguardente na Amazônia oitocentista ainda merece ser estudada amiúde, existindo para o período colonial já algumas investigações históricas.

técnicas, associados ao cultivo da cana-de-açúcar, seriam capazes de tornar a província grão-paraense autossuficiente em açúcar (Pará, 1862, 38), tal prognóstico não aconteceu, muito pelo contrário, havendo declínio da produção açucareira nas últimas décadas do século XIX, principalmente a partir de 1888, com o fim da escravidão, ao passo que a dependência da importação de açúcar particularmente de Pernambuco se mantinha (Macêdo, 2014). Na tabela 2, podemos observar o que foi dito.

Tabela 2. Importações de açúcar de outras províncias pelo Grão-Pará, 1846-1873 (Anos escolhidos), em arrobas.

ANOS	PROCEDÊNCIAS					TOTAL
	Bahia	Maranhão	Pernambuco	Rio de Janeiro	Paraíba	
1846-1847		15.453@	4.896@			20.349@
1849-1850		4.358@	20.963@		150@	25.471@
1870-1871	145@	4.659@	18.324@			23.038@
1871-1872	3 libras	2.073@				2.073@ 3 libras
1872-1873	6@	3.614@	100.843@	1.021@		105.484@

Fontes: Para os anos fiscais de 1847 a 1850: Collecção dos Mappas Estatísticos do Comércio e Navegação do Império do Brasil exercido por meio d'importação, exportação, reexportação e baldeação, sob a inspecção e fiscalização das alfândegas e mesas do consulado nos annos financeiros de 1841-1842; 1842-1843; 1846-1847; 1847-1848; 1848-1849 e 1849-1850. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1848, 1854, 1855; para os anos fiscais de 1870-1873: SOARES (1876; 1877; 1879; 1881; 1883).

Praticamente muito pouco ou quase nada se importou de açúcar baiano, apesar desta província ser a mais importante exportadora deste produto, havendo também importações pontuais ou residuais de açúcar das províncias da Paraíba e do Rio de Janeiro, cabendo maior participação ao Maranhão, ainda que decrescendo a mesma ao longo do período entre 1846 e 1873, ao passo que aumentava o volume de açúcar importado de Pernambuco, outra importante província produtora do mesmo e que respondia pela maior parte do abastecimento do mercado nacional de açúcar. Ao longo deste período, inclusive, o Grão-Pará era o principal destino do açúcar negociado no mercado nacional, até porque parte deste era reexportado para o Amazonas pela província grão-paraense.

Mesmo não suprimindo a demanda local por açúcar, a exportação do açúcar bruto, branco ou mascavo, fora algo que aconteceu de forma mais regular ao longo de boa parte do século XIX. Entre os anos fiscais de 1838-1839 e 1872-1873, observamos no gráfico 1 que em 1839-1840 houve o maior pique do volume de exportações com 23.049 arrobas, voltando a ter outros três momentos de alta: em 1848-1849, com 17.144 arrobas; 1859-1860 com 17.413 arrobas e 1860-1861 com 18.734 arrobas. Por outro lado, em 1842-

1843 houve uma diminuição para 5.260 arrobas, acentuando o cenário de queda após seu pique mais alto entre 1839-1840. Já nos anos finais da década de 1840 e início da de 1850, voltou a subir, caindo entre 1853-1854 para 6.113 arrobas, depois uma breve tendência de alta seguida por nova retração em 1856-1857 com 4.525 arrobas, após o que voltou a subir atingindo em 1860-1861o segundo pique mais alto entre os anos indicados. Em 1861-1862, por sua vez, as exportações de açúcar atingiram seu nível mais baixo para os anos listados, com a exportação de 1.021 arrobas, ainda que havendo uma melhora com 3.914 arrobas entre 1870-1871, voltando a cair depois para 3.443 arrobas em 1871-1872 e para 2.530 arrobas em 1872-1873.

Gráfico 1: Exportações de açúcar pelo Grão-Pará (Século XIX), em arrobas.



Fontes: Para os anos fiscais de 1838-1840 ver Jornal Treze de Maio, 1841; para os anos fiscais de 1841 a 1850: Collecção dos Mappas (1848, 1854, 1855); para os anos fiscais de 1852-1862, ver: Pará (1862); para os anos fiscais de 1870 a 1873: Soares (1876; 1877; 1879; 1881; 1883).

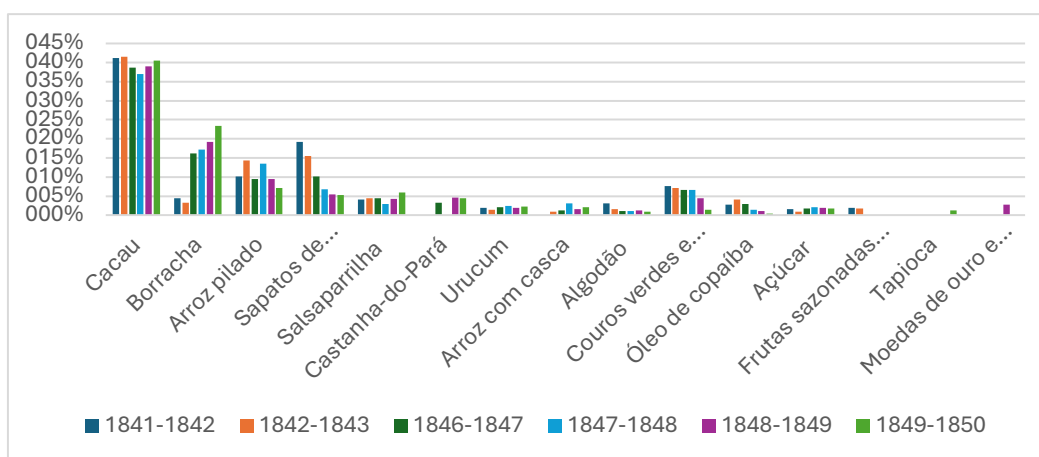
Avançando nos últimos anos do século XIX, segundo os dados apresentados por Cordeiro (1920, 188), em 1898 o Pará exportara apenas 136 arrobas de açúcar bruto, não havendo indicação de sua exportação para os anos seguintes de 1899, 1900, 1901 e 1902. Fato corroborado por Raymundo Diniz Pinto Marques, Diretor da Recebedoria da Secretário da Fazenda do Estado do Pará, que listando os produtos exportados no

exercício financeiro de 1900-1901, nominando 17 deles com seus respectivos valores e quantidades sequer citava o açúcar (Pará, 1902, 88). Daí que, em 1915, ao tratar dos engenhos de açúcar em sua história econômica da antiga produção do Grão-Pará, Manuel Barata não tenha arrolado números acerca da produção e da exportação paraense de açúcar, limitando-se a nominar alguns importantes engenhos para concluir quase que laconicamente: “Todos hoje extintos ou em ruínas” (Barata, 1915, 26). Enfim, tal realidade talvez ajuda a entender porque nos anos 20 e 30 do século XX, quando se tratou da realidade da cultura açucareira no Brasil, em alguns estudos publicados à época, nada se disse ou se tratou dos engenhos e engenhocas amazônicos que, mesmo deixando de produzir açúcar, ainda em atividade produziam aguardente de cana-de-açúcar, sendo exemplos dessas publicações o trabalho de Hermes Júnior (1922), acerca da importância do açúcar como fator para a riqueza pública do Brasil; ou, ainda, os estudos de Gileno de Carli sobre o açúcar na formação econômica brasileira (1937) e a acerca da “Geografia econômica e social da cana de açúcar no Brasil” (1938). A partir da leitura dessas obras seria então inexistente a história do açúcar na região amazônica.

É verdade, contudo, que o Pará no século XIX estava longe de ser um importante produtor e exportador de açúcar, se destacando pela exportação de produtos como cacau, salsaparrilha, castanha-do-Pará, couros secos e salgados e borracha. Entre os anos fiscais de 1858 e 1863, por exemplo, o açúcar não constava entre os cinco principais produtos exportados pelo Grão-Pará, seja em quantidades de arrobas ou valores em mil-réis. Nesta época, despontavam como as duas principais *comodities* a borracha e o cacau, em primeiro e segundo lugar respectivamente; seguidos pelos couros salgados e secos, depois a salsaparrilha e em quinto lugar o algodão (Scully, 1866). A partir dos dados da Mesa do Consulado do Pará, para maior parte dos anos fiscais entre 1841 e 1850, trabalhados no gráfico 2, visualizamos que o açúcar aparecia de forma bastante modesta. O açúcar somente em 1847-1848 ultrapassou a casa de 2% (2,07%) dos valores exportados, em mil-réis, ao passo que em 1842-1843 ficou abaixo de 1% (0,91%). Geralmente na décima posição, ao longo dos anos de 1841 a 1847, em 1847-1848 o açúcar passou para oitava posição ficando à frente do algodão (1,13%) e o óleo de copaíba (1,47%), bem como a castanha-do-Pará (0%), estes dois últimos produtos de origem extrativista. Lugar que manteve em 1848-1849 e 1849-1850, apesar da recuperação das exportações da castanha-do-Pará que ultrapassaram pela primeira vez a marca de 4%, havendo, todavia, a

diminuição da participação em 1848-1849 do arroz com casca (1,63%) e em 1849-1850 dos couros verdes e salgados (1,42%), pela primeira vez com percentuais menores que o açúcar.

Gráfico 2. O açúcar e os principais produtos de exportação do Grão-Pará (1841-1850).
Fonte: Collecção dos Mappas (1848, 1854, 1855).



Considerando o cenário brasileiro, entre os anos fiscais de 1841 e 1850, por exemplo, a quantidade de açúcar paraense exportado em arrobas não ultrapassou 0,21% do total exportado pelo Brasil; ao passo que, em valores de mil-réis, não foi além de 0,18% do montante negociado com as vendas para o estrangeiro do açúcar brasileiro, conforme podemos ver na Tabela 3.

Tabela 3. O Pará nas exportações brasileiras de açúcar (1841-1850)

ANOS	BRASIL	PARÁ	%
1841-1842	8.841.744\$182	16.244\$000	0,18
1842-1843	4.860.218@11libras	10.432@16 libras	0,21
1842-1843	9.998.574\$949	7.428\$780	0,07
1843-1844	5.209.721@17libras	5.260@	0,11
1846-1847	14.728.066\$710	22.509\$382	0,15
1847-1848	7.098.843@03libras	13.961@11libras	0,20
1847-1848	14.121.177\$892	23.364\$200	0,17
1848-1849	7.768.319@14libras	15.465@	0,20
1848-1849	15.879.101\$284	25.348\$560	0,16
1849-1850	8.505.659\$14libras	17.144@1/2libras	0,20

1849-1850	15.026.419\$139	26.517\$600	0,18
	7.933.586@10libras	16.339@	0,21

Fonte: Collecção dos Mappas (1848, 1854, 1855).

Mas, apesar da pouca importância do açúcar amazônico no quadro geral das exportações brasileiras, cabendo à Bahia e Pernambuco a disputa pelo primeiro lugar, respondendo essas duas províncias pela maior parte do açúcar exportado, vindo quase sempre o Rio de Janeiro e São Paulo em terceiro e quarto lugar respectivamente, com Alagoas, Sergipe e Paraíba oscilando entre a quinta e sétima posições, o Grão-Pará quase sempre ocupava a oitava posição, portanto, vinha atrás, ainda que bem distante, considerando aqui os dados para alguns anos entre os anos fiscais de 1841 a 1850. Ou seja, para além dos produtores e exportadores de maior peso e de alguma importância, dentre as províncias com baixa participação no mercado brasileiro exportador de açúcar, o Grão-Pará ficava à frente, conforme podemos ver na tabela 3.

Tabela 4. Exportação de açúcar por províncias (1841-1850).

Anos	Bahia	Pernambuco	Rio de Janeiro	São Paulo	Alagoas	Paraíba	Sergipe	Grão-Pará	Rio Grande do Sul	Demais Províncias
1841-1842	35,60%	39,02%	10,44%	6,74%	2,81%	1,83%	3,32%	0,21%	0,01%	0,02%
1842-1843	39,05%	44,10%	10,85%	3,32%	0%	2,50%	0%	0,11%	0,02%	0,05%
1846-1847	42,23%	40,82%	5,05%	5,35%	2,21%	1,95%	1,90%	0,20%	0,16%	0,13%
1847-1848	43,81%	42,51%	4,94%	3,68%	2,83%	0%	1,92%	0,20%	0,09%	0,02%
1848-1849	39,36%	49,07%	2,71%	2,74%	3,88%	0,00%	1,70%	0,21%	0,24%	0,09%
1849-1850	47,59%	37,32%	5,69%	2,61%	1,70%	2,23%	2,57%	0,21%	0,06%	0,02%

Fonte: Collecção dos Mappas (1848, 1854, 1855).

Encerrando este tópico, ainda que não menos importante, respondemos a seguinte pergunta: qual seria o principal mercado importador do açúcar amazônico no século XIX? Observando os dados da tabela 4 sobre as exportações do açúcar paraense por país de destino, ao longo de vários anos fiscais entre 1841 e 1873, à exceção do ano de 1846-1847 em que a França com 6.898 arrobas e a Grã-Bretanha com 3.804 arrobas ultrapassaram as importações de açúcar por parte de Portugal, que somaram então 3.253 arrobas, em todos os demais anos fiscais listados Portugal fora o principal mercado

consumidor do açúcar bruto paraense, seja branco ou mascavo, chegando a ser em 1872-1873 o único mercado importador. A França, por sua vez, quase sempre aparecia em segundo lugar, a Grã-Bretanha em terceiro lugar, superando a França no ano de 1849-1850, sendo os Estados Unidos da América um importador residual, sempre com modestas quantidades importadas, além de pontuais e esporádicos mercados como a Dinamarca e as Cidades Hanseáticas, cujas importações recaíam sobre outros produtos. Na tabela 4 também observamos uma pequena quantidade destinada ao “Consumo”, no ano de 1847-1848, o que não era algo comum.

Tabela 5. As exportações do açúcar paraense por país de destino (1841-1873).

ANOS	PAÍSES							TOTAL
	PORTUGAL	GRÃ-BRETANHA	FRANÇA	EUA	DINAMARCA	CONSUMO	CIDADES HANSEÁTICAS	
1841-1842	9.958@	104@	278@				90@	10.432@
1842-1843	5.193@	10@		57@				5.260@
1846-1847	3.253@	3.804@	6.898@	6@				13.951@
1847-1848	8.968@	745@	5.206@		535@	11@		15.465@
1848-1849	16.732@	1.787@	2.207@	18@				20.744@
1849-1850	12.361@	2.004@	1.959@	15@				16.339@
1870-1871	2.253@	1.500@						3.753@
1871-1872	2.589@	854@						3.443@
1872-1873	2.530@							2.530@

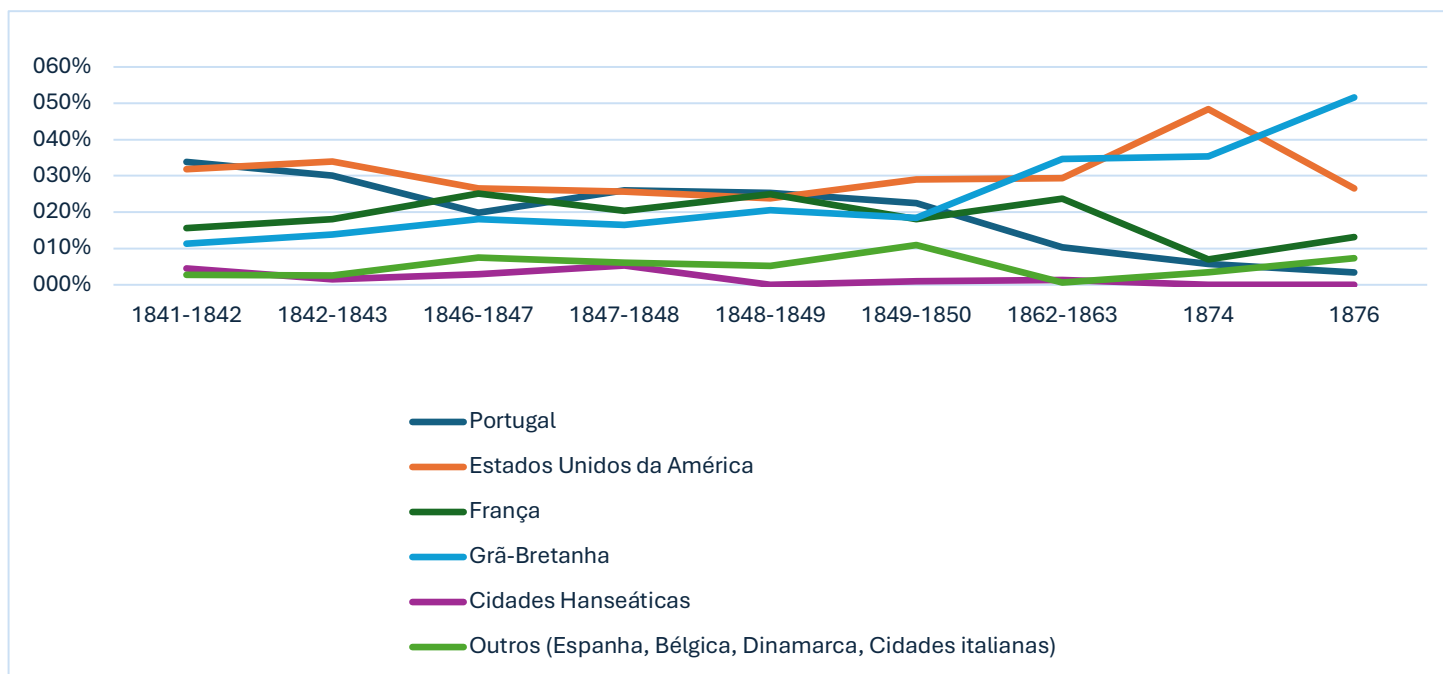
Fontes: Para os anos fiscais de 1847 a 1850: Collecção dos Mappas (1848, 1854, 1855); para os anos fiscais de 1870-1873: SOARES (1876; 1877; 1879; 1881; 1883).

Ao longo do século XIX, portanto, Portugal manteve-se como principal mercado do açúcar amazônico, da mesma forma que continuara sendo o principal destino do arroz em casca ou pilado, do algodão, da salsaparrilha e do cravo, diminuindo sua participação na importação do cacau. Ou seja, um antigo e tradicional mercado de consumo e de intermediação junto à Europa de parte dos produtos da região amazônica desde a época colonial que, apesar da abertura dos portos às nações amigas de Portugal desde 1808 e da crescente participação de outros países nos negócios de exportação e importação na praça comercial de Belém do Pará, continuaria ainda sendo um dos principais parceiros

comerciais da província grão-paraense ao longo do século XIX, mesmo que perdendo espaço para os Estados Unidos, a Grã-Bretanha e a França, tanto que na década de 1870 a participação portuguesa nas importações da Amazônia havia diminuído bastante, como pode ser observado a partir do gráfico 3.

Conforme apontado no gráfico 3, no início da década de 1840, segundo os dados do ano fiscal de julho de 1841- junho de 1842, Portugal ainda detinha o maior volume de negócios com a Amazônia, totalizando 33,84% dos valores de exportação da região amazônica, seguido pelos Estados Unidos com 31,91%, a França com 15,68%, a Grã-Bretanha com 11,32% e os demais (Cidades Hanseáticas, Espanha e Bélgica) com 7,25%. No exercício financeiro seguinte (1842-1843), o comércio de exportação da região com os Estados Unidos (34,02%) supera Portugal (30,06%), agora em segundo lugar. Entre 1846-1847, Portugal ficaria na terceira posição (19,87%), permanecendo os Estados Unidos na primeira (26,52%) e a França no segundo lugar (25,13%). Alguns anos depois, entre 1862-1863, o império britânico concentrava 34,62% das exportações da Amazônia, em primeiro lugar, vindo depois os Estados Unidos com 29,30%, a França com 23,78% e, na quarta posição, Portugal com 10,35%. Os demais destinos (Cidades Hanseáticas, Sardenha e Holanda) perfaziam 1,95%. Em 1874, a participação portuguesa seria da ordem de 5,82%, cabendo a primazia aos EUA com 48,38%, seguido pela Grã-Bretanha com 35,37%, havendo diminuição da França para 6,99%. Permanecendo na quarta posição, com 3,40%, Portugal viria atrás da França com 13,21%, dos Estados Unidos com 26,63% (talvez sentido os efeitos da crise de 1876, o que explicaria a diminuição de sua participação) e da Grã-Bretanha, voltando ao topo, com 51,61%.

Gráfico 3. As exportações do Grão-Pará por países e destinos (1841-1876)

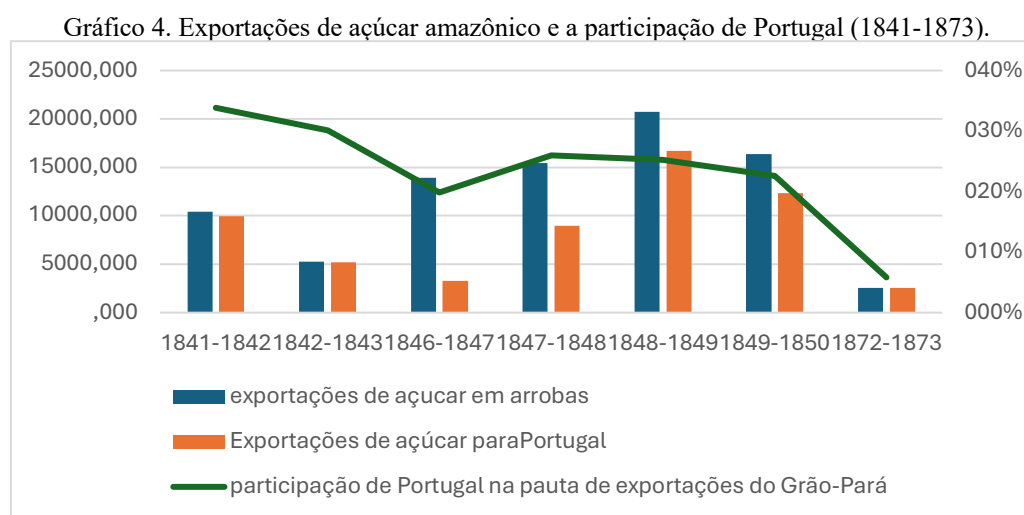


Fontes: Para os anos fiscais de 1841 a 1850: Collecção dos Mappas (1848, 1854, 1855); para o ano fiscal de 1862-1863: Scully (1866); para os anos de 1874 e 1876: Cordeiro (1920).

De qualquer forma, ainda que havendo a diminuição cada vez maior da participação de Portugal ao longo do século XIX, principalmente na segunda metade, constata-se que Grã-Bretanha, Estados Unidos, França e Portugal concentravam mais de 90% do comércio de exportação da região amazônica, sendo menor ou eventual as participações de outras nações, dentre elas as cidades alemãs (Cidades Hanseáticas), as cidades italianas, a Holanda, a Bélgica, a Dinamarca e a Espanha. No entanto, dependendo do produto exportado, haveria diferenças nas pautas de exportações com cada um destes destinos. Estados Unidos e Grã-Bretanha, por exemplo, eram os mais importantes importadores de borracha e de seus artefatos (sapatos), o que explica o assomo do volume das exportações para essas nações com a maior importância da economia da borracha a partir da década de 1850; a França era o principal importador do cacau amazônico; já Portugal destacava-se pela importação do cravo, da salsaparrilha, do arroz (com casca e pilado), do algodão e do açúcar, como já dito antes e enfatizado mais uma vez.

Enfim, apesar das importações de açúcar por parte da Grã-Bretanha e da França alcançarem milhares de arrobas (ver tabela 4), Portugal concentrava quase sempre a maior

parte do açúcar importado da região amazônica, daí que em 1841-1842, abocanhara 95,46%; em 1842-1843 ficara com 98,73%; em 1847-1848, somara 57,99%; em 1848-1849 reteve 80,66% e em 1849-1850 foram 76,65% ; à exceção do ano fiscal de 1846-1847, quando a França somou 49,40%, a Grã-Bretanha 27,25% ficando Portugal com 23,32%, na terceira posição. Não sendo coincidência, portanto, que a diminuição das exportações de açúcar do Grão-Pará diminuísse passo a passo com a diminuição da participação portuguesa na pauta de exportações grão-paraense, para além das dificuldades endógenas com a falta de mão-de-obra da economia açucareira na Amazônia já apontado antes. Observando o gráfico 4, podemos constatar o que vai sendo afirmado.



Fontes: Para os anos fiscais de 1847 a 1850: Collecção dos Mappas (1848, 1854, 1855); para os anos fiscais de 1872-1873: Soares (1876).

Concluindo

Ainda hoje a presença e importância da escravatura de origem africana na região amazônica, para além da escravidão indígena e do trabalho compulsório de sujeitos livres, é tema desconhecido em larga medida pela sociedade brasileira, não sendo estranho portanto que pouco se conheça acerca dos engenhos e engenhocas de cana-de-açúcar na mesma, baseados no uso do trabalho escravo, dentre outras culturas agrícolas. Sendo em larga medida o mundo do trabalho na economia açucareira dos períodos colonial e imperial associados à escravidão de pessoas oriundas do continente africano, a presunção de que na Amazônia a escravidão de afrodescendentes foi residual ou quase nenhuma acabou implicando na quase total eclipse dos engenhos e engenhocas na região. Constituir-se-ia, então, a região amazônica uma sociedade baseada na economia do

extrativismo fazendo uso dos trabalhadores indígenas e nacionais, com destaque na época colonial para as “drogas do sertão” e no Império e depois na República para a borracha e a castanha-do-Pará.

As culturas agrícolas do tabaco, do cacau, do algodão, do arroz, da farinha de mandioca e da cana-de-açúcar, além de outras como o do milho, feijão, café, a título de exemplos, bem como as atividades criatórias, principalmente do gado vacum, pareciam então ter pouca ou quase nenhuma importância se sobressaindo na história econômica da região os estudos focados no extrativismo, particularmente na economia da borracha (Santos, 1980; Weistein, 1993). Por outro lado, a pretensa oposição entre as atividades extrativistas e agrícolas/criatórias, em detrimento destas, da mesma forma que se supunha como incompatível a escravidão e o extrativismo, para além da inexistência de *plantations* na Amazônia, acabaram consolidando um modelo de interpretação econômica da Amazônia como lugar da ausência de uma economia agrícola escravista.

Na verdade, se tratava muito mais de uma leitura sobre a região amazônica do que um diagnóstico mais efetivo da realidade econômica da região. Como parte dessa realidade temos os engenhos, engenhocas e lavouras de cana-de-açúcar produzindo e exportando açúcar, bem como em seus alambiques importados da Inglaterra produzindo e vendendo aguardente. Sendo possível ver nestas propriedades rurais as atividades agrícolas e criatórias associadas ao extrativismo, sendo marcadas pela policultura, bem como pela exploração de forma associada do trabalho de indígenas e de nacionais livres, muitas vezes sob a forma de algum tipo de trabalho compulsório, ao lado de pessoas escravizadas. Enfim, mesmo sem ter tido a importância da economia açucareira do Nordeste (Bahia, Pernambuco, Alagoas, Paraíba, Sergipe) e do Sudeste (Rio de Janeiro, São Paulo), longe disto, somando-nos aos estudos mais recentes já citados neste artigo, deixamos aqui a nossa contribuição à história do açúcar, portanto, dos engenhos e engenhocas de cana-de-açúcar, no vale amazônico.

REFERÊNCIAS

- ACEVEDO MARIN, Rosa Elisabeth. Du travail esclave au travail libre: le Pará (Brésil) sous le régime colonial et sous l'Empire (XVIIe–XIXe siècles). 1985. Tese (Doutorado em História) — École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, 1985.
- ACEVEDO MARIN, Rosa Elisabeth. Civilização do rio, civilização da estrada: transportes na ocupação da Amazônia nos séculos XIX e XX. Papers do NAEA, n. 170, maio 2004.
- ACEVEDO MARIN, Rosa Elisabeth. Camponeses, donos de engenhos e escravos na região do Acará nos séculos XVIII e XIX. Papers do NAEA, n. 153, out. 2000.
- ANDERSON, Scott Douglas. Engenhos de várzea: uma análise do declínio de um sistema de produção tradicional da Amazônia. In: AMAZÔNIA: a fronteira agrícola, 20 anos depois. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1991.
- ÂNGELO-MENEZES, Maria de Nazaré. Aspectos conceituais do sistema agrário do Vale do Tocantins. Cadernos de Ciência & Tecnologia, p. 91-122, 2000.
- ÂNGELO-MENEZES, Maria de Nazaré. O sistema agrário do Vale do Tocantins colonial: agricultura para consumo e para exportação. Projeto História, p. 237-258, 1999.
- ÂNGELO-MENEZES, Maria de Nazaré. História social dos sistemas agrários do Vale do Tocantins. 1994. Tese (Doutorado em História) — École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, 1994.
- AZEVEDO, João Lúcio de. Estudos de história paraense. Belém: Secult/Governo do Estado do Pará, 1994.
- BARATA, Manoel. A antiga produção e exportação do Pará. In: BARATA, Manoel. Formação histórica do Pará. Belém: Editora da UFPA, 1973. p. 293-332.
- BARBOSA, Carlos. Planta-me no pó e não tenhas de mim dó: agricultura no Grão-Pará setecentista (1730-1822). 2018. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) — Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.
- BATES, Henry Walter. Um naturalista no rio Amazonas. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1979.
- BATISTA, Luciana Marinho. Muito além dos seringais: elites, fortunas e hierarquias no Grão-Pará, c. 1850–c. 1870. Belém: Editora Açaí, 2014.
- BEZERRA NETO, José Maia. Escravidão negra no Grão-Pará (sécs. XVII-XIX). Belém: Paka-Tatu, 2011.
- CARDOSO, Alirio. Beschrijving van Maranhão: a Amazônia nos relatórios holandeses na época da Guerra de Flandres (1621-1644). Topoi, v. 18, n. 35, p. 406-428, maio/ago. 2017.
- CARLI, Gileno de. O açúcar na formação do Brasil. Separata do Anuário Açucareiro, ed. 1937. Rio de Janeiro: Instituto do Açúcar e do Alcool, 1937.
- CARLI, Gileno de. Geografia econômica e social da canna de assucar no Brasil. Rio de Janeiro: Edição de Brasil Açucareiro, 1938.

CHAMBOULEYRON, Rafael; SOUSA, Luís Costa e (Orgs.). *Rivers and shores: “fluviality” and the occupation of colonial Amazonia*. Peterborough, Canadá: Baywolf Press, 2019.

CHAMBOULEYRON, Rafael. *Portuguese colonization of the Amazon region, 1640-1706*. 2005. Tese (Doutorado em História) — University of Cambridge, Cambridge, 2005.

CHAMBOULEYRON, Rafael. *Sesmarias dadas a índios no Pará e no Maranhão (século XVIII)*. *Revista Ultramares*, v. 5, p. 137-148, 2014.

CHAMBOULEYRON, Rafael. *Plantações, sesmarias e vilas: uma reflexão sobre a ocupação da Amazônia seiscentista*. *Nuevo Mundo – Mundos Nuevos*, 2005.

CHAMBOULEYRON, Rafael. *As sesmarias e a ocupação do território na Amazônia colonial*. In: ALMEIDA, Suely Creusa Cordeiro de; SILVA, Gian Carlo de Melo; SILVA, Kalina Vanderlei; SOUZA, George Felix Cabral de (Orgs.). *Políticas e estratégias administrativas no mundo atlântico*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2012. v. 1, p. 357-371.

CHAVES, M. A. *O açúcar na história do Brasil*. Belém: Revista da Veterinária, 1950.

CHAVES, M. A. *O açúcar na história do Brasil*. Belém: Editora da UFPA, 1999.

COLLECÇÃO DOS MAPPAS estatísticos do comércio e navegação do Império do Brasil exercido por meio d'importação, exportação, reexportação e baldeação, sob a inspecção e fiscalização das alfândegas e mesas do consulado nos annos financeiros de 1841-1842; 1842-1843; 1846-1847; 1847-1848; 1848-1849 e 1849-1850. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1848, 1854, 1855.

CORDEIRO, Luiz. *O Estado do Pará: seu commercio e industria de 1719 a 1920*. Belém: Tavares Cardoso & Cia., 1920.

CRUZ, Ernesto. *Igarapé-Miry: fases de sua formação histórica*. Belém: Oficinas Gráficas da Revista de Veterinária, 1945.

CRUZ, Ernesto. *História do Pará*. Belém: Editora da UFPA, 1963.

CUNHA, Ana Paula Macedo. *Engenho e engenhocas: atividade açucareira no Estado do Maranhão e Grão-Pará (1706-1750)*. 2009. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) — Universidade Federal do Pará, Belém, 2009.

EDMUNDSON, G. *The Dutch on the Amazon and negro in the seventeenth century*. *English Historical Review*, v. 72, n. 18, p. 642-663, out. 1903.

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. *Viagem filosófica*. v. 1-2. [S.l.]: Conselho Federal de Cultura, 2002.

GARCIA, Graça Lobato; LOBATO, Eládio. *Memória dos engenhos do Baixo Tocantins: municípios de Abaetetuba e Igarapé-Miri*. Belém: Edição dos autores, 2011.

HERMES JUNIOR, João Severiano da Fonseca. *O assucar como factor importante da riqueza pública no Brasil*. Rio de Janeiro: Typographia do Jornal do Commercio, 1922.

HULSMAN, Lodewijk; GUZMAN, Decio. *Holandeses na Amazônia (1620-1650): documentos inéditos*. Belém: IOE, 2016.

HULSMAN, Lodewijk. *Swaerooch: o comércio holandês com índios no Amapá (1600-1615)*. Revista Estudos Amazônicos, v. 6, n. 1, p. 178-202, 2011.

HULSMAN, Lodewijk. *Nederlands Amazonia: handel met Indianen tussen 1580 en 1680*. 2009. Tese (Doutorado em História) — Universidade de Amsterdã, Amsterdã, 2009.

KELLY-NORMAND, Arlene. *Africanos na Amazônia, cem anos antes da abolição*. Cadernos do CFCH, n. 18, p. 1-21, out./dez. 1988.

LOBATO, Eládio. *Caminho de canoa pequena: história do município de Igarapé-Miri*. Belém: Edição do Autor, 1985.

LORIMER, Joyce. *English and Irish settlement on the River Amazon, 1550-1646*. Londres: The Hakluyt Society, 1989.

MACÊDO, Sidiana da Consolação Ferreira de. *Do que se come: uma história do abastecimento e da alimentação em Belém (1850-1900)*. São Paulo: Alameda, 2014.

MACÊDO, Sidiana da Consolação Ferreira de. *Cultura material e o trabalho escravo nos engenhos, engenhocas e sítios em Abaetetuba (Pará, século XIX)*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, v. 8, p. 124-144, 2021.

MARCONDES, Renato Leite. *O mercado brasileiro do século XIX: uma visão por meio do comércio de cabotagem*. Revista de Economia Política, v. 32, n. 1 (126), p. 142-166, jan./mar. 2012.

MARQUES, Fernando Luiz Tavares. *Modelo da agroindústria canavieira colonial no estuário amazônico: estudo arqueológico de engenhos dos séculos XVIII e XIX*. 2004. Tese (Doutorado em História) — Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

MARQUES, Raymundo Diniz Pinto. *Relatório apresentado ao Snr. Secretario da Fazenda Tenente Coronel Raymundo Cyriaco Alves da Cunha pelo Director da Recebedoria Raymundo Diniz Pinto Marques em 31 de agosto de 1901*. Belém: Directoria da Recebedoria, 1901.

MEDEIROS, Juliana do Nascimento. *Nos sertões da Província do Grão-Pará: escravidão, engenhos e engenhocas e atividades econômicas no oitocentos (1810-1850)*. 2022. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade Federal do Pará, Belém, 2022.

NASCIMENTO, Sônia Viana do. *Igarapé-Miri: a passagem da escravidão ao trabalho livre, numa região de engenhos (1843-1888)*. 2016. Dissertação (Mestrado em História) — Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia/IFCH/UFGA, Belém, 2016.

NUNES, Francivaldo Alves. *Agricultura na Amazônia oitocentista: produção rural e interpretação dos agentes públicos*. Outros Tempos, v. 11, n. 17, p. 1-17, 2014.

OLIVEIRA, R. G. de. *Notas sobre os holandeses na Amazônia no período colonial*. Textos e Debates, v. 2, n. 11, 2015.

PARÁ (Província). *Relatório apresentado à Assembleia Legislativa da Província do Pará na primeira sessão da XIII Legislatura pelo Excm. Snr. Presidente da Província Dr.*

- Francisco Carlos de Araújo Brusque, em 1º de setembro de 1862. Pará: Typographia de Frederico Carlos Rhossard, 1862.
- REIS, Arthur César Ferreira. *A Amazônia e a cobiça internacional*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Manaus: Superintendência da Zona Franca de Manaus, 1982.
- REIS, Arthur César Ferreira. *Santarém: seu desenvolvimento histórico*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL; Belém: Governo do Estado do Pará, 1979.
- REIS, Arthur César Ferreira. *A política de Portugal no vale amazônico*. Belém: Secult, 1993.
- SALLES, Vicente. *O negro no Pará sob o regime da escravidão*. Brasília: Ministério da Educação; Belém: Secretaria de Estado de Cultura (SECULT); Fundação Cultural “Tancredo Neves”, 1988.
- SAMPAIO, Patrícia Maria de Melo. *Os fios de Ariadne: tipologias de fortunas e hierarquias sociais em Manaus (1840-1888)*. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 1997.
- SANTOS, Roberto. *História econômica da Amazônia (1800-1920)*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.
- SARQUIS, Giovanni Blanco (Org.). *Engenhos no Pará*. Belém: IPHAN, 2023.
- SCULLY, William. *Brazil; its provinces and chief cities*. London: Murray & Co., 1866.
- SOARES, Sebastião Ferreira. *Estatística do comércio marítimo do Brasil do exercício de 1869-70; 1870-1871; 1871-1872; 1872-1873*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1876, 1877, 1879, 1882, 1883.
- SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. *Viagem pelo Brasil, 1817-1820*. v. 3. São Paulo: Melhoramentos; Brasília: INL, 1976.
- TREZE DE MAIO. [Periódico]. [S.l.], 1841; 1847.
- WALLACE, Alfred Russel. *Viagens pelos rios Amazonas e Negro*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1979.
- WEINSTEIN, Barbara. *A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)*. São Paulo: Hucitec; EDUSP, 1993.